Caderno de Administração

ISSN Print: 1516-1803 ISSN Online: 2238-1465

UEM Universidade Estadual de Maringá

Universidade Estadual de Maringá - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Administração

Doi: https://doi.org/10.4025/cadadm.v28iEdição E.53586

O MUNDO DO TRABALHO E A PANDEMIA DE COVID-19: UM OLHAR SOBRE O SETOR INFORMAL

WORLD OF WORK AND THE COVID-19 PANDEMIC: A LOOK AT THE INFORMAL SECTOR

Pedro Henrique Isaac SILVA[1]

Recebido em: 07/05/2020
Aceito em: 05/06/2020

RESUMO

A pandemia de coronavírus tem trazido enormes desafios para a economia mundial. O mundo do trabalho vem sendo duramente afetado. Seja com a perda de emprego e renda, com a introdução massiva do trabalho remoto ou com a exposição a situações de risco de contágio, trabalhadores de todo o planeta sofrem os efeitos da COVID-19, das políticas restritivas e da retração econômica. O presente artigo busca refletir sobre a relação do mundo do trabalho com a pandemia de COVID-19. Nesse sentido, analisamos os impactos da pandemia sobre os trabalhadores, especialmente aqueles que se encontram na informalidade, e as ações governamentais criadas para diminuir o impacto da crise sobre o trabalho. Por fim, trazemos a discussão sobre a criação de uma renda básica universal como política não apenas de enfrentamento da crise do coronavírus, mas também como alternativa frente à realidade de flexibilização das relações de trabalho e de vulnerabilização massificada da classe trabalhadora.

Palavras-chave: COVID-19. Relações de trabalho. Informalidade. Renda básica. Trabalho precário.

ABSTRACT

The coronavirus pandemic has brought enormous challenges to the world economy. The world of work has been hit hard. Whether with the loss of jobs and income, or the massive introduction of remote work, or the exposure to contagion risk situations, workers from all over the planet

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília e Mestrado em Sociologia Clínica e Psicossociologia pela Université Paris Diderot (Paris 7), na França. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Membro fundador do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq Diálogos em Sociologia Clínica e correspondente internacional da Rede Internacional de Sociologia Clínica, sediada em Paris.

suffer the effects of COVID-19, restrictive policies and economic downturn. This article seeks to reflect on the relations between the world of work and the COVID-19 pandemic. In this sense, we analyze the impacts of the pandemic on workers, especially those who are in the informal sector, and the governmental actions created to reduce the impact of the crisis on work. Finally, we bring the discussion about the creation of a universal basic income as a policy not only to face the coronavirus crisis, but also as an alternative to the reality of flexible labour relations and massive vulnerability of the working class.

Keywords: COVID-19. Labour relations. Informality. Basic income. Precarious work.

A pandemia de coronavírus tem trazido enormes desafios para a economia mundial. O mundo do trabalho vem sendo duramente afetado. Seja com a perda de emprego e renda, com a introdução massiva do trabalho remoto ou com a exposição a situações de risco de contágio, trabalhadores de todo o planeta sofrem os efeitos da COVID-19, das políticas restritivas e da retração econômica. A Organização Internacional do Trabalho – OIT – divulgou relatório em que projeta que cerca de 1,6 bilhão de trabalhadores informais já foram afetados pelas medidas restritivas de isolamento que estão sendo tomadas em todo o mundo. Esses trabalhadores tiveram, no primeiro mês da crise, sua renda reduzida em 60%, em média, sendo ainda maior na África e na América Latina, com perda média de 81%. Com isso, a taxa de pobreza relativa[2] deve aumentar em 34% para trabalhadores informais em países de renda média-alta, como o Brasil, e em 56% em países de renda média-baixa, como vários países da América Latina e da África (ILO, 2020).

Em que situação se encontram os trabalhadores informais do Brasil? Como no restante do planeta, os trabalhadores informais são os mais vulneráveis aos efeitos das crises e também a situações que afetam individualmente as pessoas, mesmo em situação de crescimento econômico, como acidentes, doenças e outros problemas de ordem pessoal. São milhões de pessoas que trabalham como autônomos – como motoristas, motociclistas e até ciclistas de aplicativos de transporte e entrega –, trabalhadores do setor privado que trabalham sem carteira, empregadas domésticas mensalistas e diaristas também sem carteira, pessoas – jovens e mulheres, principalmente – que trabalham como auxiliar em pequenos negócios familiares e ainda empreendedores sem CNPJ e que também contratam auxiliares – como ambulantes, pedreiros, pintores, etc.

O trabalho informal no Brasil historicamente sempre foi alto. Desde a promulgação da CLT, passamos a maior parte do tempo tendo mais trabalhadores informais do que trabalhadores protegidos pela legislação, aqueles com carteira assinada (CARDOSO, 2010). A menor média histórica brasileira de trabalhadores informais é do ano de 2013, 37,4%. Em números absolutos representavam cerca de 30 milhões de trabalhadoras e trabalhadores que não tinham acesso à proteção social proporcionada pelos direitos trabalhistas. Atualmente, são 39,9% da população ocupada no Brasil ou 36,8 milhões de pessoas. Segundo os dados da última PNAD Contínua (IBGE, 2020), referente ao primeiro trimestre de 2020, a força de trabalho no Brasil é constituída por 105 milhões de pessoas, sendo que 12,8 milhões estão desempregadas. Dos que estão trabalhando, 11,8 milhões são empregados do setor privado sem carteira, 4,3 milhões são trabalhadoras/es domésticos sem carteira, 800 mil são empregadores sem CNPJ, 18,7 milhões são trabalhadores por conta própria sem CNPJ e 1,9 milhão são trabalhadores familiares

[2] A taxa de pobreza relativa é definida pela proporção de trabalhadores que ganham mensalmente menos do que 50% dos rendimentos médios da população de um país.

auxiliares. Somados aos 12,8 milhões de desempregados, são quase 50 milhões de pessoas desamparadas, sem a proteção do Estado.

Dentre os trabalhadores autônomos, chama a atenção o contingente cada vez maior de trabalhadores que trabalham para grandes empresas-plataforma, submetidas ao que temos chamado de uberização do trabalho (SLEE, 2017; ANTUNES, 2018; FRANCO; FERRAZ, 2019). Esses trabalhadores exercem sua atividade sob as normas da empresa, recebem por produtividade aquilo que a empresa determina (sem deixar claro quais são os critérios para a determinação dos preços) e assumem todos os custos da prestação de serviços. Milhões de motoristas, motociclistas, ciclistas e trabalhadores de outros ramos já se renderam a essas empresas e se submetem a uma relação de trabalho que se mostra ainda mais cruel em uma situação pandêmica como a que estamos vivendo. Segundo o IBGE (2020), a população que trabalha em veículos, como motoristas de aplicativo, vem aumentando anualmente, tendo chegado a 3,6 milhões em 2018 (aumento de 29% em relação a 2017). Por sua vez, o número de pessoas que trabalhavam em local designado pelo empregador, patrão ou freguês, como entregadores em geral, era de 10,1 milhões (alta de 9,9% em relação ao ano anterior). Ainda não há dados mais recentes, mas o que se percebe é que esse número tem aumentado ano a ano no Brasil.

A uberização do trabalho é um processo assentado em dois fatores que trazem um relevante impacto para as sociabilidades construídas no mundo atual. Por um lado, temos os avanços tecnológicos no âmbito das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs e da Inteligência Artificial – IA, elementos fundamentais para o desenvolvimento dos aplicativos utilizados pelas empresas-plataforma. Por outro lado, a consolidação do neoliberalismo como princípio orientador das relações econômicas e de trabalho, especificamente o processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, permite que pessoas trabalhem para essas empresas sem vínculo empregatício reconhecido (SLEE, 2017). Nesse sentido, a uberização se mostra como uma faceta nefasta das mudanças tecnológicas somadas ao avanço do neoliberalismo, permitindo que milhões de trabalhadores sejam explorados por gigantescas empresas-plataforma sem nenhum direito trabalhista garantido. Em um momento de pandemia como esse, os trabalhadores perdem renda, se expõem à doença e não contam com nenhuma proteção social.

Mesmo entre os trabalhadores formais, há aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, como os microempreendedores individuais[3]. No Brasil, são 10 milhões de microempreendedores individuais registrados. Como negar que tais trabalhadores, sem nenhum seguro contra efeitos econômicos da pandemia, terão suas vidas impactadas e verão sua renda diminuir drasticamente durante a pandemia? Com a restrição da circulação e a queda do consumo que tem se visto não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, microempreendedores, mesmo que formalizados, se veem face ao dilema de obter a renda necessária para sua sobrevivência ou de arriscarem se contaminar e contaminar outras pessoas ao sair para trabalhar. O mesmo dilema também é enfrentado por milhões de profissionais liberais cuja renda depende basicamente de serviços prestados presencialmente.

Para os trabalhadores mais pobres, o auxílio emergencial, de R$ 600,00, se configura como um alento, mas está longe de resolver o problema da súbita redução da renda das famílias. Tal redução impacta também a economia como um todo, tendo em vista a drástica queda do consumo, mas pesa sobretudo na vida de cada um que sofre com a escassez e a carestia. Sem contar as dificuldades enfrentadas por quem busca o auxílio, como as filas gigantescas, a falta de um CPF válido e a dificuldade no acesso à plataforma digital disponibilizada pelo governo. Há milhões de casos que se encontram "em análise", sem prazo para que sua situação seja

[3] É considerado microempreendedor individual o indivíduo devidamente cadastrado na plataforma governamental, obtendo, portanto, um CNPJ, cujo faturamento não supere R$ 60 mil anuais ou R$ 5 mil mensais.

definida. Em outros inúmeros casos, a negativa dos benefícios atinge pessoas que se enquadrariam entre os beneficiários, mas que, por razões inexplicadas, simplesmente têm seus benefícios negados.

Além dos trabalhadores, empresas se veem diante da difícil escolha entre a demissão imediata de seus funcionários e o endividamento com consequências incertas. A atividade empreendedora exige planejamento. Uma situação é se endividar tendo uma projeção de retomada econômica a partir de um período de retração, como ocorre sazonalmente ou mesmo em outras crises econômicas que já enfrentamos. Outra completamente diferente é se endividar em um cenário de grande incerteza. Não se sabe quando as atividades retornarão, em qual ritmo ou mesmo se retornarão.

Observando as medidas do governo brasileiro, percebe-se que a agenda neoliberal impede a adoção de medidas mais efetivas. Em um primeiro momento, o governo anunciou medidas tão irrisórias que gerou críticas até mesmo entre economistas liberais e analistas alinhados com o mercado financeiro. Depois, anunciou mais medidas de salvamento econômico, como a possibilidade de redução salarial ou suspensão dos contratos de trabalho com a complementação do salário pela União; isenção, redução e adiamento do pagamento de alguns impostos e; abertura de linhas de financiamento com juros reduzidos para pequenas e médias empresas, a fim de custear as folhas de pagamentos. Tais medidas, apesar de importantes, não impedem a queda da renda dos trabalhadores e ainda mantêm a incerteza quanto ao futuro, uma vez que elas se restringem ao período de calamidade pública, inicialmente previsto para três meses, e não consideram as dificuldades que serão enfrentadas por empresas e trabalhadores no possível retorno das atividades.

O impacto econômico e sobre o trabalho, nessa pandemia, é enorme e abrangente, coloca em xeque o ideário neoliberal e a crescente desregulamentação do trabalho que o mundo inteiro tem experimentado. Se não houver uma mudança drástica de como os Estados atuam sobre a economia e distribuem as riquezas, a sociedade perecerá, levando consigo o próprio capitalismo.

David Harvey, analisando os impactos da pandemia sobre os Estados Unidos observa que:

> confiança e o sentimento dos consumidores tornou-se, nos últimos quarenta anos, a chave para a mobilização de uma demanda efetiva e o capital tornou-se cada vez mais orientado pela procura e pelas necessidades. Esta fonte de energia econômica não tem estado sujeita a flutuações bruscas (com algumas exceções, como a erupção vulcânica islandesa que bloqueou os voos transatlânticos por algumas semanas). Mas a COVID-19 não fundamenta uma flutuação brusca, e sim uma queda generalizada no coração da forma de consumismo que domina nos países mais ricos. A forma espiral de acumulação interminável de capital está implodindo, de uma parte do mundo para todas as outras. A única coisa que pode salvá-lo é um consumismo de massa financiado, inventado e incentivado pelo governo, surgido do nada. Isto exigirá a socialização de toda a economia dos Estados Unidos, por exemplo, sem chamar-lhe de socialismo. (HARVEY, 2020, p. 20)

Por um lado, da produção, e por outro, do consumo, essa socialização já foi iniciada. O governo estadunidense instalou uma economia de guerra, fazendo com que parte do setor industrial passasse a produzir equipamentos médicos e de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia. Além disso, criou um programa de renda mínima para os cidadãos norte-americanos afetados pela crise. Há, entretanto, uma faceta cruel das ações do governo que prometem injetar mais de U$ 2,5 trilhões na economia do país: medicamentos e equipamentos médicos destinados a outros países (como o Brasil) estão sendo confiscados; o governo Trump anunciou a suspensão dos repasses de recursos para a Organização Mundial de Saúde – OMS –; o inflacionamento dos preços internacionais de equipamentos médicos e de proteção

individual – o que dificulta a compra pelos países mais pobres –; a proibição de exportação de produtos vistos pelo governo estadunidense como estratégicos e; a exclusão de todos os trabalhadores imigrantes que não se encontram regularizados para o recebimento do auxílio governamental. A situação dos imigrantes nos EUA é trágica. Muitos deles deixam de procurar ajuda médica, mesmo apresentando sintomas da COVID-19, por medo da extradição.

Mesmo assim, o que Harvey (2020) tem observado é corroborado por economistas e governos de todo o mundo. Defensores de programas de renda mínima, que garantem um mínimo de consumo pela massa da população têm se multiplicado e diversos governos ensaiam, a partir do auxílio emergencial devido à COVID-19, a abertura de programas de renda básica que independem da situação de trabalho na qual as pessoas se encontram. Essa ideia, mesmo no Brasil, tem ganhado adeptos e não é vista mais como uma excentricidade do ex-senador Eduardo Suplicy (PT). Frente ao desemprego em massa, ao aumento da informalidade, à desregulamentação das relações de trabalho e à necessidade do Capital de que as mercadorias sejam compradas, parece que a renda básica universal pode ser a tábua de salvação da economia combalida pela pandemia do coronavírus e da sociedade capitalista como um todo. Resta saber se teremos, no caso do Brasil, um governo atento às mudanças que ocorrem no mundo e às necessidades que surgem em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR.** Rio de Janeiro, v. 17, n. spe, p. 844-856, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395176936>

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. *In*: DAVIS, Mike et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Rio de Janeiro: Indicadores IBGE. Trimestre Móvel, Jan.-Mar. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORTANIZATION – ILO. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work.** Third edition. Updated estimates and analysis. Geneva: ILO, 2020.

SLEE, Tom. **Uberização:** A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.